Ata da 6ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual dos Direitos da População de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais

Reuniu-se aos nove dias do mês de junho de dois mil e quatorze, às dez horas, no salão do plenário Doutor Ricardo Alvarenga Trípoli, Rua Antônio de Godoy, número 122, sala 115, Santa Efigênia, reuniram-se os e as integrantes do Conselho dos Direitos da População de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, biênio 2013-2015, para apreciar e deliberar sobre os seguintes temas constantes da pauta da convocação, a saber: **10h – Informes da Presidência do Conselho Estadual LGBT sobre as demandas apresentadas nas reuniões anteriores; 11h - Novas demandas a serem apresentadas por Conselheiras e Conselheiros Estaduais LGBT; 12h – Informes Gerais.** A audiência em primeira chamada não contou com quórum suficiente nos termos do Regimento. André Luzzi de Campos, Conselheiro Representante do Poder Público assumiu por indicação das pessoas presentes a presidência dos trabalhos; e a Conselheira Alessandra Acedo, representante da Sociedade Civil, realizou a secretaria da mesa. Houve uma inversão de pauta e a reunião teve início com a realização de informes das pessoas presentes. O Conselheiro Dario Ferreira Sousa Neto relata episódio de homofobia ocorrido na festa na faculdade de medicina na USP. Dois estudantes foram agredidos em razão de sua orientação sexual. Informou que está sendo feita uma mobilização e que haverá um ato na quarta-feira (11/06). O Conselheiro Dario acha fundamental que o conselho assine as notas de repúdio produzidas pela sociedade civil. Da mesma forma se dispõe a representar o conselho na atividade que ocorrerá. Reiterou ainda a necessidade do Conselho se posicionar nos casos de homofobia. Relatou outro caso ocorrido no Instituto Técnico de Barueri em que um jovem sofreu ofensa homofóbica em razão de sua "performance" de gênero,sendo ameaçado pela própria Diretora da instituição de ensino de ser expulso caso ele não parasse de se manifestar. A mãe do estudante fora chamada à escola para explicações e informação da decisão. O Conselheiro André Luzzi de Campos citando a constituição das Comissões

existentes propõe discutir e acompanhar os casos que chegam ao conhecimento do conselho para subsidiar as intervenções do colegiado, e também envolver o município nas ações de articulação em nível local prevista no plano de Trabalho. Conselheiro Dario propõe que o conselho peça uma audiência com as autoridades municipais de ensino e relatou a sua aproximação com a Coordenação de Diversidade Sexual daquela localidade. A Conselheira Márcia Giovanetti, por sua vez, sugere ouvir a coordenação sobre o caso e colocar o Conselho a sua disposição. No 2º informe, o Conselheiro Ricardo dos Santos, em nome do Programa Municipal de DST/ AIDS, agradeceu a participação do Conselho na presença, de seu presidente Cássio Rodrigo, no dia 27/05 na Faculdade de Medicina de São Jose do Rio Preto. André Luzzi propôs que fosse feita pelos Conselheiros que acompanharam as atividades uma nota para ser inserida no site do Conselho. O 3º informe foi feito pela Conselheira Rachel que agradece a participação do Centro de Referência e Treinamento, vinculado à Secretaria de Estado da Saúde em São Jose do Rio Preto em evento para as profissionais do sexo daquela cidade. Em seguida, Márcia Giovanetti falou sobre ultima portaria referente ao processo transexualizador que faz uma revisão do procedimento. Entre eles, a inclusão das travestis; a determinação de que estados e municípios identifiquem uma rede de proteção e cuidado (ex: linha de cuidado as pessoas portadoras de HIV/AIDS). Isso deve tramitar na Secretaria de Estado de Saúde, foi sugerido a ideia da formação de um grupo condutor. A conselheira informa que pela portaria o prazo para a rede de proteção estar montado é de até 1 (um) ano. Relata que as reuniões estão acontecendo para a organização do encontro regional de Trans, que ocorrerá em outubro do corrente ano. 5º informe: Alessandra fala sobre a participação no SENALE e questiona sobre os trâmites que forem demorados Andre pergunta se todos concordam com uma formalização. Assim, para viabilizar a participação do Conselheiro Dário Neto e André Luiz de Lima (lolito) no evento ELANUDS a ser realizado em Outubro do corrente ano, conforme deliberação de sessões anteriores, o Conselho deve enviar solicitação em tempo hábil, comprovando a realização do evento, para a Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania ao Setor de apoio aos Conselhos com cópia para a servidora Thais Cassoli Reato César da Coordenadoria Geral dos Programas de Cidadania visando, evitando possíveis atrasos e prejuízos à permanência na atividade de interesse desse colegiado.

Às 11h45min, obtém-se o quórum com a presença do Conselheiro Eduardo Dias de Souza Ferreira e o Presidente da mesa expõe que passa a ser ordinária a reunião. Márcia Giovannetti questiona sobre a formalização do planejamento e André Luzzi pergunta se a coordenação recebeu o Plano de trabalho, sendo prontamente respondido que não e que já havia sido enviado um oficio cobrando essa medida. André Luzzi pergunta se será votada a prorrogação dos prazos dos Grupos de Trabalhos e se estão todos de acordo. Márcia Giovanetti questiona sobre as atas e Alessandra Acedo indaga sobre a ausência da secretaria geral. Eduardo diz que deveria haver mais funcionários à disposição do Conselho, pois acredita que as atas são importantes. Márcia Giovanetti fala sobre as ausências de Conselheiros e Conselheiras e como isso afeta o conselho. Dario Neto critica a falta de estrutura da SJDC e do conselho. Alessandra pergunta sobre como essas questões serão encaminhadas e sobre o comprometimento das pessoas principalmente em relação à sociedade civil. André Luzzi pergunta sobre as propostas, entre elas quais são as formas de melhorar o funcionamento do conselho. A mesa propõe uma força-tarefa para registro das atas com um prazo para isso. Outro tema: cumprimento do regimento e os prazos impostos para os grupos de trabalhos. É lembrado o pedido de renúncia da conselheira Janaina Leslão, que em razão do seu teor não encontra impeditivo por parte das pessoas presentes. É discutido as atribuições do funcionário Marcelo Quilez, da equipe de apoio do Conselho. Ricardo e Rachel dizem que as discussões já foram elaboradas e que sem a presença do Cássio não teria como decidir. Márcia Giovanetti frisa que é certo os questionamentos já característicos de um inicio do conselho. Diz que é necessário determinar as funções de cada um e discutir isso para dar clareza. Falou da gravação e que não acha imprescindível considerando, por exemplo, as experiências de outros órgãos colegiados. Encaminhamento pedindo um gravador, pois acha importante o registro. Alessandra não concorda e sugere que se cada um for fazer a gravação é só um apêndice. Pede mais objetividade o que Wemerson referenda. Andre propõe a votação, mas antes Dario pede o esclarecimento sobre ser voluntário para fazer as atas. Os presentes deliberaram pela confecção das atas em atraso e submissão aos integrantes do Conselho para apreciação prévia. A aprovação das atas será o primeiro ponto da pauta da sessão ordinária do Conselho em Julho. Para isso, é necessário que a equipe de apoio envie os registros sonoros e anotações para sua elaboração. Será enviado um modelo para padronizar os documentos. Conselheiras e

conselheiros André Luzzi de Campos, Alessandra Acedo, Eduardo Dias de Sousa Ferreira e Wemerson Azevedo Lima se disponibilizaram para redação das atas. Foi acordado também o seguinte procedimento para as reuniões futuras: no início da sessão, a mesa consultará o pleno sobre quem pode entre seus integrantes produzir a ata. Após a plenária a mesa irá encaminhá-la para apreciação dos conselheiros (as) e correções sobre imprecisões e erros de registro. No encontro seguinte, a pauta da sessão deverá ser iniciada com a sua aprovação. Em todas as reuniões plenárias será disponibilizado equipamento de gravação adequado e em bom estado de funcionamento para registro e subsídio à produção das atas. Em seguida, a mesa encaminhou decisão do pleno de oficializar envio do Plano de Trabalho à Coordenação de Políticas da Diversidade Sexual, SJDC, em cumprimento ao Decreto de criação do Conselho. Da mesma forma, o plano deverá ser enviado para os conselheiros e conselheiras para ciência e providências necessárias para sua implantação; Às 12h30min, Ricardo propõe que os Grupos de Trabalhos sejam realizadas em períodos alternados a da reunião do Conselho. A secretaria irá informar a suplente sobre a vaga da Janaina. André sistematiza o encaminhamento a ser tomado, qual seja, orientar e auxiliar a Conselheira Ágatha Lima, com base no disposto em Regimento, sobre suas atribuições na Secretaria do Conselho, buscando identificar dificuldades ou limitadores para cumprimento de suas competências notadamente por se tratar de uma atividade não remunerada. Heloisa Alves realiza informe *a posteriori* sobre a resolução sobre o prenome social nas escolas do dia 14/05/2014 e do projeto de dois deputados estaduais para sustar o decreto estadual e a resolução que dispõe sobre o tratamento pelo prenome social de travestis e transexuais na Administração Pública estadual. Heloisa falou que foi feita uma reunião para acompanhar as votações nas comissões na assembleia legislativa. Chama a atenção para que no futuro seja necessário um apoio mais contundente, principalmente da sociedade civil. Diz que vai manter o conselho informado. A mesa relembra que o próximo encontro do pleno acontecerá no mês de julho, às 14h. Em subsídio no mesmo dia, no período da manhã, será realizada reunião dos grupos de trabalhos e comissões. Será feitos esforços para construção da programação buscando assegurar que todas e todos possam participar dos grupos e comissões, uma vez que alguns conselheiros e conselheiras integram mais de uma instância. Para esta atividade será informada oficialmente a conselheira suplente que assumirá a vaga da titular Janaína Leslão em razão de sua renúncia. A mesa incentivou que os conselheiros e conselheiras enviassem contribuições para produção da pauta da próxima sessão, estimulando a participação de

todas e todos. Da mesma forma enfatizou a possibilidade de utilização do espaço do Conselho nesta localidade para ajudar na dinamização e implantação das atividades planejadas. Às 13h20min, não havendo mais nada para ser tratado, foi encerrada a reunião pelo presidente interino Andre Luzzi de Campos. Para constar, eu, André Luzzi de Campos, executivo público da Secretaria da Administração Penitenciária, lavrei a presente ata que, se aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente Interino da Sessão, e demais Conselheiras e Conselheiros presentes.

São Paulo, 09 de junho de 2014.

ANDRÉ LUZZI DE CAMPOS

PRESIDENTE INTERINO

CONSELHEIRO REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO